

FORMAÇÃO DO JUIZ NA ALEMANHA¹

Sumário

1. Formação em Direito. 2. O estudo do Direito. 3. Nomeação do juiz. 4. Organização judiciária alemã. 5. Formação inicial. 6. Formação em continuação. 7. O programa da *Deutsche Richterakademie*. 8. O futuro da formação na Alemanha. 9. Bibliografia.

1 FORMAÇÃO EM DIREITO

Na Alemanha, só pode ser nomeado juiz quem for formado em Direito.² A regulamentação das profissões jurídicas é matéria da competência de cada Estado, mas os Estados possuem tratados, em virtude dos quais garantem o reconhecimento mútuo de exames finais em todo o país.³ Para a nomeação como juiz são necessárias as mesmas condições exigidas para a nomeação como promotor ou para a inscrição como advogado. Isso implica a realização do Curso de Direito, que varia entre 3 anos e meio a 5 anos em uma das 41 Faculdades de Direito do País,⁴ e a aprovação em dois exames,⁵ realizados pelo Ministério da Justiça de cada Estado, como se verá.

1 Por *Sidnei Agostinho Benetti*, Diretor Adjunto da ENM (área de assuntos internacionais). Desembargador e Professor em São Paulo.

2 *Jurist* é o termo comum para as profissões de juiz (*Richte*), Promotor (*Staatsanwalt*) e Advogado (*Anwalt*). Alguns tribunais possuem juízes leigos (*Leienrichte*) ou Jurados (*Schöffen*), a exemplo do que ocorre no Tribunal do Júri brasileiro, mas são mutáveis e não integram a magistratura.

3 Cada Estado é denominado *Land* e situa-se em harmonia com a União (*Bund*). Os Estados alemães, após a reunificação (*Wiedervereinigung*), são os seguintes: Baden-Württemberg, Bayern, Brandenburg, Hessen, Sachsen, Mecklenburg-Vorpommern, Niedersachsen, Nordrhein-Westfalen, Rheinland-Pfalz, Saarland, Sachsen-Anhalt, Schleswig-Holstein e Thüringen). Há, ainda, as seguintes cidades-Estado: Berlin, Bremen e Hamburg.

4 Cf. STAATS, Johann-Friedrich. Educating German Legal Professionals. *Anais do I Congresso Mundial de Escolas da Magistratura*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 19 e 20.

5 *Erste Prüfung* e *Zweite Prüfung*.

2 O ESTUDO DO DIREITO

A realização do Curso de Direito segue, no geral dos Estados, aproximadamente, o esquema seguinte, modelo extraído do Estado de Baden-Württemberg:⁶

I – O Estudo do Direito (*Studium der Rechtswissenschaft*) e a primeira prova.

1. Condições de admissão no Curso de Direito (*Zulassungsbedingungen*):

a) Habilitação para a Universidade (semelhante ao exame vestibular) (*Allgemeine Hochschulreife*) e b) Aprovação na prova final depois de 9 anos de ginásio (*Abitur*);

2. Duração do Curso de Direito: Pelo menos 7 semestres, mas, na prática, em média, durando 11 semestres (5 anos e meio);

3. Condições para o término do Curso de Direito e admissão para a Primeira Prova de Direito (*Erste Juristische Staatsprüfung*):

a) “Pequenos certificados” (*Kleine Scheine*): Direito civil para iniciantes (*Zivilrecht für Anfänge*); -Direito Penal para iniciantes (*Strafrecht für Anfänger*); Direito Público para iniciantes (*öffentliches Recht für Anfänger*);

b) Grandes certificados (*Grosse Schein*): Direito Civil para adiantados (*Zivilrecht für Fortgeschrittene*); Direito Penal para Adiantados (*Strafrecht für Fortgeschrittene*); Direito Público para Adiantados (*Öffentliches Recht für Fortgeschrittene*).

Para obter os certificados dos cursos acima, o estudante tem que oferecer um trabalho escrito e ser aprovado em um exame.

c) Certificado de conclusão de um seminário (*Seminarschein*) – Tema à escolha do estudante; Trabalho escrito e oral.

d) Certificado no Curso de Economia e Ciências Financeiras (*Wirtschafts- und Finanzwissenschaft*) – Exame escrito.

Após conseguir os certificados, a quase totalidade dos estudantes frequenta um curso particular, fora da Universidade, denominado *Repetitorium*, para se preparar para a Primeira Prova de Direito (Duração: um ano e meio).

6 KESTLER, Josef. *A Instrução Jurídica na República Federal da Alemanha*, mimeo, p. 1.

4. Primeira Prova de Direito: (*Erste Juristische Staatsprüfung*):

a) Prova escrita (*Schriftliche Prüfung*): 8 Exames (*Klausuren*), cada qual durante 5 horas: 3 exames no Direito Civil; 2 exames no Direito Penal; 2 exames no Direito Público; 1 exame em Direito da escolha do candidato (*Walfach*).

b) Prova oral (*Mündliche Prüfung*) – Duração: 4 horas; Matérias das provas: Direito Civil; Direito Penal; Direito Público; Direito da escolha do candidato (*Walfach*).

Tendo sucesso na primeira prova, o estudante pode passar ao Estágio.

II – O estágio:

1. Duração total: dois anos e meio; O estagiário (*Referendar*) é equiparado a funcionário público (*Beamter*) com vencimentos de cerca de U\$ 800 a U\$ 1000.

2. Durante o estágio há aulas regulares para que os estagiários se preparem para a Segunda Prova de Direito (*Zweite Juristische Staatsprüfung*).

a) Formação em Direito Civil (*Zivilstation*): – Duração: 7 meses; Local da formação: Tribunal Civil (*Zivilgericht*). No final: trabalho escrito sobre um caso concreto (*Vorlagearbeit*).

b) Formação em Direito Penal (*Strafstation*) – Duração: 6 meses; Local de formação: Promotoria (*Staatsanwaltschaft*) – 3 meses em Tribunal Criminal (*Strafgericht*) – 3 meses. No final: trabalho escrito sobre um caso concreto (*Vorlagearbeit*).

c) Formação no Direito Administrativo (*Verwaltungsstation*) – Duração: 6 meses – Local de Formação: Serviços na Administração Municipal ou Estadual ou Tribunal Administrativo. No final: trabalho escrito sobre um caso concreto (*Vorlagearbeit*).

d) Formação em uma Banca de Advocacia (*Anwaltsstation*) – Duração: 5 meses.

III – A segunda prova:

Depois de 2 anos: Início da Segunda Prova de Direito (*Zweite Juristische Staatsprüfung*), Somente há duas oportunidades de repetição da prova:

1.8 Provas escritas (*Klausuren*), cada uma durando cinco horas: 4 exames de Direito Civil; 2 exames de Direito Penal; 2 exames de Direito Público.

2. Estágio opcional (*Wahlstation*) – Duração: 6 meses (dois períodos de 3 meses; um período pode ser cumprido no exterior) – Campos do Direito de Escolha do estagiário (*Wahlfächer*); Formalização de contratos etc (*Rechtsliches Gestalten*); Direito Trabalhista e Previdenciário (*Arbeits-und Sozialversicherungsrecht*).

3. Após 2 anos e meio: mais duas provas escritas (cada uma dura 5 horas) no campo do Direito de Escolha do Estagiário (*Wahlfach*).

a) Prova oral: (*Mündliche Prüfung*); Duração: 4 horas;

b) Matérias da prova: Trabalho oral sobre um caso concreto (*Aktenvortrag*); Direito Civil; Direito Penal; Direito Público; Campo de Direito de escolha do estagiário (*Wahlfach*).

3 NOMEAÇÃO DO JUIZ

Não há eleição de juízes na Alemanha, nem concurso de ingresso na Magistratura, em nenhum grau de jurisdição. Mas são levados em conta, para as nomeações, os graus obtidos no segundo exame. A nomeação é somente para o cargo determinado em que realizada, sem possibilidade de ascensão profissional, pois não há carreira na magistratura. Se o juiz pretender transferir-se a outro cargo em diversa jurisdição, superior ou inferior, deverá candidatar-se simplesmente à nomeação, como se fosse a primeira vez em que nomeado juiz.

4 ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ALEMÃ

A organização judiciária alemã⁷ é relativamente simples, embora federativo o Estado. Os órgãos espreadam-se entre a *Bund* e os *Länder*. Há, no

7 Entre nós, excelente exposição da matéria pode ser vista em *Francisco de Paula Xavier Neto (Notas Sobre a Justiça na Alemanha*. Porto Alegre, Coleção Ajuris – 18, 1982), e em *Rosa Maria Borriello de Andrade Nery*. (Notas Sobre a Justiça e o Ministério Público no Direito da Alemanha Ocidental São Paulo, *Revista Justitia*, v. 136, p. 42).

âmbito da União (*Bund*), uma Corte Constitucional (*Bundesverfassungsgericht*) e jurisdições especializadas, com os respectivos Tribunais Superiores: 1º) o *Bundesverwaltungsgericht*, competente para questões administrativas; 2º) o *Bundesfinanzhof*, destinado a questões financeiras; 3º) o *Bundessozialgericht*, competente para questões previdenciárias; 4º) o *Bundesarbeitsgericht*, referente às questões trabalhistas; 5º) o *Bundesgerichtshof*, reservado à Justiça Comum, cível e criminal, matérias não compreendidas na competência das jurisdições anteriores.

No âmbito da Justiça Comum, organizada pelos Estados (*Länder*) há, em regra, em cada Estado, três tipos de Juízos: 1º) o *Amtsgericht*, Juízo local, apenas de 1º grau, para causas de valor ou complexidade limitadas,⁸ em que por vezes judica apenas um Juiz Singular (*Einzelrichter*); 2º) Juízo Regional (*Landgericht*), sempre colegiado, existente nas principais cidades de cada *Land*, com competência de 1º grau para matérias excluídas da competência do *Amtsgericht* e de 2º grau para os recursos referentes a decisões deste;⁹ 3º) o Tribunal Supremo do Estado (*Oberlandesgericht*), com competência recursal excludente da competência do *Landgericht*,¹⁰ correspondendo ao Tribunal de Justiça dos Estados no Brasil, também colegiado, e havendo apenas um *Oberlandesgericht* para cada Estado, embora muitas vezes descentralizado com Câmaras (*Senate*) situadas nas mais importantes cidades do Estado.

5 FORMAÇÃO INICIAL

Não há cursos de formação inicial de juízes. Entende-se apto à função quem já tenha cumprido toda a longa e minuciosa trajetória de estudos, com diversas provas, cercadas da maior dificuldade.¹¹

8 Segundo síntese de Francisco de Paula Xavier Neto, é a seguinte a competência do *Amtsgericht*: a) procedimento monitório (*Mahnverfahren*), de qualquer valor, mas podendo ser remetido ao Juízo competente caso haja impugnação; b) causas cíveis de valor até DM 3.000, embora a condenação possa ser maior; c) causas em razão da matéria, como, p. ex., locação (*op. cit.*, p. 28).

9 Excetuada a competência recursal do Tribunal Supremo do Estado (*Oberlandesgericht*).

10 P. ex., para questões de família. No criminal, além da competência própria, é o competente para a prorrogação do prazo de prisão preventiva, inicialmente de seis meses.

11 Segundo Johann-Friedrich Staats, a *Erste Prüfung* reprova $\frac{1}{4}$ dos candidatos (*op. cit.*, p. 20) e a *Zweite Prüfung* em torno de $\frac{1}{8}$ (*op. cit.*, p. 21). Lembre-se que as opções pela Advocacia não são fáceis, tanto que existem em regra 110.000 estudantes de Direito. para população de 80.000.000 de habitantes (*op. cit.*, p. 20).

Mas, uma vez nomeado, o juiz permanecerá um período de três anos como “Juiz em Prova” (*Proberichter*), sem adquirir a garantia constitucional da vitaliciedade. Nesse tempo o juiz participa de atividades jurisdicionais juntamente com outros magistrados vitalícios. Após nove meses o juiz é, pela primeira vez, examinado pelo Presidente da Corte Regional (*Beurteilungen*), podendo repetir-se esses exames, com a verificação do serviço, preservada a independência jurisdicional.

Também durante o período de prova, o juiz pode ser convocado para participar de cursos organizados pelo Ministério da Justiça a que vinculado, sendo esses cursos sobre assuntos específicos da atividade jurisdicional. Embora os cursos para juízes na Alemanha sejam, em regra, facultativos, o mesmo não se dá quanto a esses cursos, que são compulsórios.¹²

6 FORMAÇÃO EM CONTINUAÇÃO

A formação em continuação é tarefa reservada à Academia dos Juízes Alemães (*Deutsche Richterakademie*), fundada em 1973, órgão de responsabilidade cooperada entre a União (*Bund*) e os Estados (*Länder*), que concorrem com o orçamento correspondente, mediante quotas proporcionais à participação. Essa *Akademie* iniciou-se sem sede determinada, ao tempo em que chamada “Academia Volante” (*Fliegende Akademie*), porque se instalava onde mantinha momentaneamente seus cursos ou atividades, mas posteriormente veio a situar-se em Trier, às margens do Rio Mosel, quando Helmut Kohl era primeiro ministro do Estado de Rheinland-Pfalz. Atualmente possui também um segundo *campus*, em Wustrau, perto de Berlin.

A *Deutsche Richterakademie* oferece cursos geralmente de alguns dias, uma semana ou duas semanas, não mais. Participam juízes de todo o País, de acordo com o número de vagas reservadas ao respectivo Estado ou segmento judiciário, havendo prioridade para os juízes de Estados que mais contribuem para o sustento de cada curso. Há limites para a participação nos cursos, de maneira que é rara a repetição dos participantes nos cursos, em curto espaço de tempo.

Em ambos os estabelecimentos, a *Deutsche Richterakademie* é verdadeiramente uma escola-hotel. Todos os participantes recebem acomodações

12 STAATS, Johan-Friedrich. *Op. cit.*, p. 25.

individuais no prédio – que, além disso, também possui biblioteca, mesas de trabalho para os que trazem processos, piscina, quadra de tênis, *Bierstube* e outros equipamentos de trabalho, estudo e lazer. Faz parte da filosofia da *Deutsche Richterakademie* ensinar boas condições de intercâmbio de idéias entre os magistrados presentes.¹³

7 O PROGRAMA DA DEUTSCHE RICHTERAKADEMIE

A instituição é extremamente moderna e vanguardeira. Seu programa anual (*Jahresprogramm*) abrange desde temas dogmáticos como “Fixação do valor do dano físico decorrente do acidente de veículos”, até delicados temas psicológicos, como o anualmente repetido tema “Seres Humanos da Justiça”, em que se examinam todas as reações dos figurantes da atividade jurisdicional, inclusive os destinatários.

A título de ilustração, vejamos alguns cursos constantes do programa anual: “Introdução ao Tratamento Eletrônico de Dados”, “Direito da Família e da Criança”, “A Comparação no Direito Processual Civil”, “Medicina e Direito”, “Filosofia do Direito e Prática do Direito: Dois Mundos?”, “Problemas do Direito Penal Ambiental”, “Conteúdo e Significado da Propriedade no Correr dos Tempos”, “Fixação do Dano Material e Físico em Decorrencia de Acidentes de Veículos”, “A Organização da Sessão de Julgamento em Matéria Criminal”, “Tecnologia Genética e Direito”, “Execução Penal”, entre outros.

Ao completar vinte e cinco anos, sobre a *Deutsche Richterakademie* escreveu-se: “Desde 1973, a União e os Estados promoveram aproximadamente 1600 cursos na Academia dos Juízes Alemães, nos quais foram oferecidos aproximadamente 62.400 lugares (situação de 1/12/97). Aproximadamente 58.000 colegas aproveitaram as ofertas de aprimoramento. Hoje em dia são oferecidos anualmente mais de 130 atividades de aperfeiçoamento com apro-

13 Quando cursava a Academia, em 1988, o autor deste escrito procurou saber do Diretor à época, Dr. Töpperwien, quais as características daqueles juízes presentes, isto é, se eram bons juízes ou juízes que necessitassem de especial aprimoramento. A resposta foi certeira: eram os melhores juízes da Alemanha, selecionados para o curso pelos respectivos tribunais, e participavam do curso não só devido à qualidade deste, mas, e sobretudo, para que se propiciasse convivência, longe do dia-a-dia jurisdicional, com troca informal de idéias e conhecimentos entre os melhores juízes da Alemanha, pois com esse intercâmbio se acreditava abrir possibilidade de verdadeiro debate para o aprimoramento da Magistratura e do Judiciário no país.

ximadamente 5000 lugares. Em 1997, participaram das atividades 4.420 colegas; isto é aproximadamente 17% de todos os destinatários”.¹⁴

8 O FUTURO DA FORMAÇÃO NA ALEMANHA

Há intenso debate na Alemanha a respeito do que deva ser o futuro da formação do juiz alemão. A influência inicial da *Ecole Nationale de la Magistrature* francesa, reafirmada posteriormente pelo Centro de Estudos Judiciários de Portugal, pela Escuela Judicial espanhola e, recentemente, pelo *Stichting Studiententrum* holandês alimentam a proposta de se alterar o sistema para a instituição de curso de formação inicial, de alguns anos, antes de assumir as funções jurisdicionais.

Mas tudo indica prosseguirá o sistema ora vigente, arrimado em longa tradição alemã: “A despeito de grande número de queixas sustentadas por profissionais jurídicos, políticos e jornalistas, o povo parece, segundo resultados de pesquisas de opinião pública, estar satisfeito, em geral, com o sistema jurídico alemão em vigor. A atual discussão na Alemanha sobre a reforma do treinamento inicial foi desencadeada primacialmente como resultado de considerações financeiras e práticas, e não por dúvidas principiológicas, tendo em vista, por exemplo, a posição dos juízes, advogados e promotores, nem por dúvidas sobre as formas observadas pelo sistema legal e de direito processual na Alemanha”.¹⁵

9 BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE NERY, Rosa Maria Borriello de. *Notas sobre a justiça e o ministério público na direito da Alemanha Ocidental*. Justitia, v. 136, p. 42.
- ARENS, Peter. *Zivilprozessrecht*. 4. Auflage, München: Verlag C. H., 1988.
- BAUR, Fritz. *Einführung in das Recht der Bundesrepublik Deutschland*. München: C. H. Beck Verlag, 1984.
- DEUTSCHE Richter Akademie-Eine Dokunemtation. Ministerium der justiz des Landes Rheinland-Pfalz. Koch: Volksfreund Druckerei Nik.

14 Cf. 25 Jahre Deutsche Richterakademie, em “Deutsche Richter Zeitung” 3/98, p. 89. O número de destinatários, isto é, o total de juízes (28.847) e promotores (5.211) é de 26.058 (*op. cit., loc., cit.*).

15 STAATS, Johan-Friedrich. *Op. cit.*, p. 30.

- KESTLER, Joseph. *A instrução jurídica na República Federal da Alemanha*, Mineo, 1989.
- 10 JAHRE Deutsche Richterakademie in trier. Ministerium der justiz Rheinland Pfalz. Maiz, 1983.
- 25 JAHRE Deutsche - *Deutsche Richter Zeitung*, 3/98, p. 89.
- JAHREPROGRAMM 1999 der Deutschen Richterakademie. Trier: DRA, 1999.
- PERTERS, Angelika. *Optimie rungsreserven ausschöpfen*. Deutsche Richter Zeitung, 3/98, p. 90.
- ROXIN, Claus. *Strafverfahrensrecht*. München: C. H. Beck Verlag, 1983.
- SCHILKEN, Eberhard. *Gerichtsverfassungsrecht*. Köln: Carls Heymanns Verlag, 1994.
- SCHMIDT-HANEMANN, Renate. Forl bil dungsbercitschaft muss dienstlich mehr gefördert Werden. Entrevista a Thomas Edinger. *Deutsche Richter Zeitung* 3/98, p. 94.
- STAATS, Johann-Friedrich. Educating German Legal professionals. *Anais do I Congresso Mundial de Escolas de Magistratura*. São Paulo: RT, 1989.
- STERN, Klaus et al. *Einführung in das deutsche Recht*. München: DTV, 1990.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A organização judiciária na Alemanha ocidental. *Revista Brasileira de Direito Processual*, 3/289, Uberaba 1983.
- XAVIER NETO, Francisco de Paula. *Notas sobre a justiça na Alemanha*. Porto Alegre: Ajuris 18, 1982.